



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro de Estado da Infraestrutura, Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a Resolução nº 1, de 24 de julho de 2019.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requiero seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Infraestrutura, Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a Resolução nº 1, de 24 de julho de 2019.

Justificativa

A Resolução nº 1 de, 24 de julho do corrente ano, editada pela Casa Civil, definiu que somente entrarão no Orçamento do ano que vem obras cuja execução financeira já estejam em pelo menos 20% do previsto. Na íntegra a Resolução: estabelece medida de governança dos investimentos plurianuais para a elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual da União 2020-2023 e para o Projeto de Lei Orçamentária da União 2020 e institui a Grupo de Trabalho para Investimentos em Infraestrutura que será composto por dois integrantes da Casa Civil, dois do Ministério da Economia e um da CGU. Resumindo e tomando como base a data de junho deste ano as obras novas, tocadas com recursos do Tesouro Nacional, que ainda precisarão ser iniciadas, não entrarão no Orçamento do ano que vem. O mesmo vale para o Plano Plurianual (2020-2023).



Diante do exposto solicito respostas às questões fundamentais:

- 1) Em princípio não haverá previsão de projetos de investimento novos ao longo de todo o mandato do Presidente Jair Bolsonaro?
- 2) Obras que, ainda que cumpram esse requisito inicial (execução financeira já estejam em pelo menos 20% do previsto) e tenham previsão de término somente, depois de 2023, também não deverão ser incluídas?
- 3) Qual a proposta de investimentos prioritários para o PPA?
- 4) Quais são as orientações estratégicas de investimento em infraestrutura de longo prazo?

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 06 de Agosto de 2019.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal
PRB-AM